



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



**EDITAL DE CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO
AMPLA PARTICIPAÇÃO**

**PROCESSO Nº: 0033096
CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº 009/2025**

Regido pela lei nº 14.133/21, Lei complementar nº 123/06, Decreto nº. 6.956/2023, que dispõe sobre a regulamentação da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, demais normas pertinentes e pelas condições estabelecidas pelo presente edital.

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO TRATAMENTO CLÍNICO DE DEPENDENTES QUÍMICOS, EM REGIME DE INTERNAÇÃO DE CARÁTER VOLUNTÁRIO OU COMPULSÓRIO, PARA ADULTOS E/OU ADOLESCENTES DE AMBOS OS SEXOS..

INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FMS.

CADASTRO DO REQUERIMENTO E DOCUMENTAÇÃO A PARTIR DAS 08H00MIN DO DIA 11 DE JULHO DE 2025, NA PLATAFORMA DE LICITAÇÕES WWW.LICITANET.COM.BR.

LIMITE PARA CADASTRO DO REQUERIMENTO E DOCUMENTAÇÃO: 10 DE JULHO DE 2026.

REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: Plataforma de licitações: <https://licitanet.com.br>

ATO DE DESIGNAÇÃO DO AGENTE DE CONTRATAÇÃO: DECRETO Nº 7.580/2025

VALOR ESTIMADO GLOBAL DE CONTRATAÇÃO: R\$ 480.550,00 (quatrocentos e oitenta mil quinhentos e cinquenta reais).

ESCLARECIMENTOS:

Diretamente pela plataforma de licitações – Plataforma de licitações <https://licitanet.com.br> ou através do e-mail licita2@fronteira.mg.gov.br.

HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO: 08h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min.

O Credenciamento Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio de sistema eletrônico que promova a comunicação via Internet, mediante condições de segurança, utilizando-se, para tanto, os recursos da criptografia e autenticação em todas as suas fases, através do site: <https://licitanet.com.br>.

No dia, hora e local indicado e de acordo com a legislação mencionada no preâmbulo deste Edital.

Na contagem de todos os prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias úteis, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

Ocorrendo à decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, todas as datas constantes deste Edital serão transferidas,



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



automaticamente, para o primeiro dia útil, ou de expediente normal, subsequente ao ora fixado.

Não será aceito protocolo de solicitação de expedição de documentos e certidões, para entrega em substituição aos documentos requeridos para a habilitação no presente Edital.

Será comunicado, via Internet através de mensagens, e pelos meios de divulgação inicial, qualquer alteração no edital que importe em modificação de seus termos, que venha a ocorrer nele ou em seus anexos.

Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas e documentação fora do prazo estabelecido neste Edital, excetuadas as permissões legais.

Toda e qualquer alteração que possivelmente ocorrer neste Edital, tais como errata, adendo, suspensão ou revogação, deverá ser consultada pelos pretendentes licitantes no endereço eletrônico da Plataforma de licitações <https://licitanet.com.br>, bem como, no site da Prefeitura Municipal de Fronteira em www.frenteira.mg.gov.br.

A Administração não se responsabilizará caso o pretendente licitante não acesse o e-mail informado ou não visualize a alteração no site supracitado consequentemente desconhecendo o teor dos Avisos publicados.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



EDITAL DE CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO

Processo nº: 0033096

Credenciamento Eletrônico nº 009/2025

Objeto: CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO TRATAMENTO CLÍNICO DE DEPENDENTES QUÍMICOS, EM REGIME DE INTERNAÇÃO DE CARÁTER VOLUNTÁRIO OU COMPULSÓRIO, PARA ADULTOS E/OU ADOLESCENTES DE AMBOS OS SEXOS.

ÍNDICE

- 1. PREÂMBULO**
- 2. ESCLARECIMENTOS**
- 3. OBJETO DO CREDENCIAMENTO**
- 4. CONDIÇÕES PARA CREDENCIAMENTO**
- 5. NÃO PODERÃO PARTICIPAR DO CREDENCIAMENTO**
- 6. MANIFESTAÇÃO DA INTENÇÃO DE SE CREDENCIAR**
- 7. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**
- 8. JULGAMENTO**
- 9. ADESÃO AO CREDENCIAMENTO**
- 10 . ESCOLHA DOS FORNECEDORES:**
- 11. EXECUÇÃO DO OBJETO**
- 12. FORMA DE PAGAMENTO**
- 13. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CREDENCIAMENTO**
- 14. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**
- 15. ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES DO EDITAL**
- 16. DOS RECURSOS**
- 17. GARANTIA DE EXECUÇÃO**
- 18. REAJUSTAMENTO:**
- 19. INFRAÇÕES**
- 20. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**
- 21. DISPOSIÇÕES GERAIS**



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



EDITAL DE CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO PROCESSO Nº: 0033096 CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº 009/2025

1. PREÂMBULO

1.1. O Município de Fronteira/MG; através da **Secretária Municipal de Saúde/FMS**, em conformidade com os artigos 74, inciso IV e 79, inciso I, todos da Lei nº 14.133/21 e art. 75 do Decreto Municipal nº 6.956/2023, TORNA PÚBLICO que fará realizar CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO exclusivamente pela Plataforma LICITANET, conforme datas abaixo:

Data de início do recebimento do requerimento e documentação: 11/07/2025;

Data limite para recebimento do requerimento e documentação: 10/07/2026;

Exclusivamente via Plataforma Licitanet.

1.2. Os trabalhos serão conduzidos pelo Sr. MÁRCIO ANTONIO FERREIRA, Agente de Contratação e pela Equipe de Apoio, integrada por Lusandra Rodrigues das Neves Barboza e Rosa Elaine de Paula Ribeiro, devidamente designados através do Decreto Municipal nº 7.580/2025, anexado aos autos do procedimento de contratação.

1.3. O Edital e seus Anexos poderão ser obtidos gratuitamente no site da Prefeitura Municipal de Fronteira/MG; através do endereço eletrônico www.fronteira.mg.gov.br e também no prédio sede da Prefeitura Municipal de Fronteira, em dias e horários de expediente (08h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min), a partir da data de sua publicação.

1.4. Toda e qualquer alteração que possivelmente ocorrer neste Edital, tais como errata, adendo, suspensão ou revogação, deverá ser consultada pelos interessados no endereço eletrônico da Plataforma de licitações LICITANET, através do endereço eletrônico www.licitanet.com.br, bem como, no site da Prefeitura Municipal de Fronteira em www.fronteira.mg.gov.br.

1.5. A Administração não se responsabilizará caso o interessado não acesse o site oficial do Município, consequentemente desconhecendo o teor dos Avisos publicados.

2. ESCLARECIMENTOS:

2.1. Qualquer esclarecimento referente ao presente Edital pode ser obtido:

- Plataforma de licitações <https://licitanet.com.br>
- e-mail : licita2@fronteira.mg.gov.br
- Telefones: 34-3199-9990
- Site para consultar ao Edital: www.fronteira.mg.gov.br

3. OBJETO DO CREDENCIAMENTO:

3.1. Constitui objeto do presente procedimento administrativo o **CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO TRATAMENTO CLÍNICO DE DEPENDENTES QUÍMICOS, EM REGIME DE INTERNAÇÃO DE CARÁTER VOLUNTÁRIO OU COMPULSÓRIO, PARA ADULTOS E/OU ADOLESCENTES DE AMBOS OS SEXOS.**

3.2. O presente credenciamento tem como objetivo o atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde/FMS.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



3.3. O quantitativo estimado dos serviços será distribuído entre as Credenciadas, de acordo com a quantidade prevista no Termo de Referência;

3.4. O credenciamento realizado não importará necessariamente em contratação, podendo o Município revogá-lo, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivado de fato superveniente comprovado ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado publicado no órgão oficial de publicações do Município, para conhecimento dos participantes.

3.5. O credenciamento poderá ser realizado para contratação imediata dos serviços ou somente para formalizar relação para futura execução, mediante solicitação do Município.

3.6. A Credenciada que prestar os serviços sem autorização expressa da Secretária interessada, não receberá pelos serviços.

3.7. É vedada a subcontratação ou transferência total ou parcial dos serviços que compõem o objeto do termo de credenciamento.

4. CONDIÇÕES PARA CREDENCIAMENTO: - Poderão participar deste Credenciamento Eletrônico, empresas legalmente constituídas, do ramo pertinente ao objeto deste Credenciamento, que satisfaçam as exigências fixadas neste edital e apresente os documentos nele exigidos.

4.1. **Todas as empresas que atendam o disposto no caput deste item e até às 00h00min do dia 10 DE JULHO DE 2026,** cadastrarem o **REQUERIMENTO PARA CREDENCIAMENTO (anexo III)** e os documentos de habilitação, na forma prevista neste Edital, junto ao **SISTEMA DE CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO (LICITAÇÕES) DA LICITANET** – www.licitanet.com.br.

4.2. A participação no Credenciamento Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente cadastramento do requerimento e documentação, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecidos.

4.3. Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional poderá ser esclarecida pelo número (34) 2512-6500 – Opção 2; (34) – 3014 – 6633, e-mail: comercial@licitanet.com.br.

4.4. Caso a proponente envie a solicitação para intenção do credenciamento com a falta de algum dos documentos solicitados por meio deste edital, a mesma será declarada inabilitada.

4.4.1. Ocorrendo a hipótese prevista no item 4.4, a empresa interessada deverá se for de seu interesse, reenviar toda a documentação junto a Plataforma LICITANET.

4.5. Desde que atendido aos requisitos mínimos deste edital a proponente será CREDENCIADA sendo a comunicação realizada pela Plataforma LICITANET.

5. NÃO PODERÃO PARTICIPAR DO CREDENCIAMENTO:

5.1. Empresas com falência decretada ou concordata, salvo se em recuperação judicial e neste caso, mediante apresentação do plano de recuperação concedido ou homologado judicialmente (TCU, Acórdão 1201, de 13/05/2020-Plenário e Acórdão 2265, de 22/08/2020-Plenário);

5.2. Pessoa Jurídica suspensa de participar de licitação e impedida de contratar com a Prefeitura Municipal de Fronteira, durante o prazo da sanção aplicada.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



5.3. Pessoa Jurídica declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação.

5.4. Pessoa Jurídica impedida de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Fronteira, durante o prazo da sanção aplicada.

5.5. Pessoa Jurídica proibida de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no art. 72, § 8º, V, da Lei n.º 9.605/1998.

5.6. Pessoa Jurídica proibida de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei n.º 8.429/1992.

5.7. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

5.8. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.

5.9. Pessoa jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

5.10. Quaisquer interessados enquadrados nas vedações previstas no art. 9º, §1º, da Lei n.º 14.155/2021;

5.10.1. Entende-se por “participação indireta” a que alude o art. 9º §1º, da Lei n.º 14.155/2021 a participação no certame de empresa em que uma das pessoas listadas no mencionado dispositivo legal figure como sócia, pouco importando o seu conhecimento técnico acerca do objeto da licitação ou mesmo a atuação no processo licitatório.

5.11. Sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País.

5.12. Empresa cujo estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão.

5.13. Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum.

5.14. Empresas reunidas em consórcio, em razão da baixa complexidade dos serviços a serem adquiridos, considerando que as empresas que atuam no mercado têm condições de executar os serviços de forma independente.

5.15. A observância das vedações supra é de inteira responsabilidade da licitante que, pelo descumprimento, se sujeita às penalidades cabíveis.



6. MANIFESTAÇÃO DA INTENÇÃO DE SE CREDENCIAR.

6.1. Os interessados deverão encaminhar, exclusivamente por meio da Plataforma Eletrônica LICITANET, o **REQUERIMENTO PARA CREDENCIAMENTO - (Anexo III)** e os documentos de habilitação, com a indicação de sua intenção de se credenciar para a prestação dos serviços.

6.2. Todas as especificações do objeto vinculam o interessado.

6.3. No valor da contratação estarão incluídos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. A apresentação do requerimento para credenciamento – Anexo III com a indicação da intenção de se credenciar implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições contidas no Termo de Referência, assumindo a CREDENCIADA o compromisso de executar o objeto nos seus termos.

6.5. O interessado organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

6.5.1. A falsidade da declaração de que trata o item 6.5 sujeitará o interessado às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

7. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO:

7.1. As empresas interessadas em se credenciar deverão apresentar toda a documentação abaixo especificada, com data de validade vigente, anexa ao **REQUERIMENTO PARA CREDENCIAMENTO – ANEXO III**.

7.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

7.2.1. A habilitação jurídica visa a demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, e a documentação a ser apresentada por ele limita-se à comprovação de existência jurídica da pessoa e deverá ser comprovada com a apresentação dos documentos abaixo relacionados, conforme o caso:

7.2.1.1. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede;

7.2.1.2. Certificado da Condição de Microempreendedor Individual;

7.2.1.3. Requerimento de Empresário Individual;

7.2.1.4. Outros documentos não mencionados anteriormente.

7.2.2. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

7.3. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

7.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, através do cartão do CNPJ, que também servirá para fins de comprovação do enquadramento como Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte;

7.3.2. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal relativa a Tributos Federais e à dívida Ativa da União e prova de regularização perante o Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, através de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, conforme Portarias MF 358 e 443/2017;



7.3.3. Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Pública Estadual;

7.3.4. Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Pública Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;

7.3.5. Prova de regularidade fiscal perante ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF - FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;

7.3.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) e/ou, no caso de estarem os débitos garantidos por penhora suficiente ou com a exigibilidade suspensa, será aceita a Certidão Positiva com efeito de negativa quanto aos Débitos Trabalhistas, que tenha os mesmos efeitos da CNDT;

7.3.7. Declaração referente ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal – Anexo II;

7.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

7.4.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, em data não anterior a 90 (noventa) dias do certame, se outro prazo não constar do documento. No caso de sociedade(s) civil(s), deverá ser apresentada a certidão negativa de distribuição de processos civis, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. No caso de certidão positiva, a licitante deverá juntar certidão de objeto e pé, esclarecendo o posicionamento da(s) ação(ões);

7.5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

7.5.1. Certificado de graduação e especialização dos profissionais e devidos registros nos respectivos Conselhos, podendo ser ainda apresentado o respectivo registro dos profissionais para fins de substituição do certificado;

7.5.2. Alvará sanitário, expedido pela unidade competente, da esfera Estadual ou Municipal, da sede da empresa, compatível com o objeto deste credenciamento;

7.5.3. Alvará de Localização e Funcionamento vigente;

7.5.4. Alvará do Corpo de Bombeiros.

7.6. DISPOSIÇÕES GERAIS DE HABILITAÇÃO

7.6.1. As certidões que não tenham o prazo de validade expresso no documento, ter-se-ão como válidas por 90 (noventa) dias a partir da data de sua emissão;

7.6.2. Após o encerramento do prazo para envio dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para: (Lei 14.133/21, art. 74, e IN 73/2022, art. 39, §4º);

7.6.2.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.6.2.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8. JULGAMENTO



8.1. O órgão CREDENCIANTE decidirá sobre o requerimento de credenciamento no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da data de envio.

8.2. Todos os interessados que preencherem os requisitos estabelecidos no Edital terão seus requerimentos de credenciamento aprovados pelo Agente de Contratação e Equipe de Apoio.

8.2. Após aprovação do credenciamento, os requerimentos serão submetidos à Autorização da autoridade superior.

9. ADESÃO AO CREDENCIAMENTO

9.1. Assinado o termo de adesão ao credenciamento e durante o período de sua vigência, a contratação da CREDENCIADA responsável pela execução dos serviços, ocorrerá mediante emissão de nota de empenho, desde que mantidas as condições exigidas na etapa de credenciamento, conforme condições dispostas do Termo de Referência.

9.2. O prazo do Credenciamento contará a partir das assinaturas do Termo de Adesão, findando em 10 DE JULHO DE 2026, independente do seu início.

10 . ESCOLHA DOS FORNECEDORES:

10.1. Os serviços serão distribuídos entre as Empresas Credenciadas, considerando-se a data de credenciamento de cada uma delas para definição da ordem inicial de convocação.

10.2. Após o início da prestação dos serviços, será adotado um sistema de rodízio entre as empresas credenciadas, respeitando-se a ordem de credenciamento.

10.3. Caso a empresa convocada para prestar o serviço recuse a solicitação, por qualquer motivo, será acionada a próxima credenciada na ordem estabelecida.

10.4. Se todas as credenciadas recusarem a prestação do serviço, o rodízio será reiniciado, convocando-as novamente na sequência definida.

10.5. Após a conclusão do rodízio, será iniciado um novo ciclo, retomando-se a convocação a partir da primeira empresa credenciada.

11. EXECUÇÃO DO OBJETO:

11.1. FORMA DE EXECUÇÃO - Durante a prestação de serviços, todas as ações e atendimentos devem conter relatórios e explicitar por escrito os seus critérios quanto a:

11.1.1. Rotina de funcionamento e tratamento definindo atividades obrigatórias e opcionais;

11.1.2. Processos a serem utilizados para acompanhamento da evolução dos residentes no pós-alta, ao longo de um ano;

11.1.3. Alta terapêutica;

11.1.4. Desistência (alta pedida);

11.1.5. Desligamento (alta administrativa);

11.1.6. Casos de mandado judicial;

11.1.7. Evasão /fuga;

11.1.8. Fluxo de referência e contra-referência para outros serviços de atenção a outros agravos;



11.1.9. Em caso de fuga ou evasão, o serviço deve comunicar imediatamente a família ou responsável pela pessoa;

11.1.10. Fica resguardado à pessoa em tratamento o direito de desistência, sem qualquer tipo de constrangimento, devendo a família ou responsável ser informada em qualquer das situações acima.

11.2. CRITÉRIOS DE ROTINA PARA TRIAGEM:

11.2.1. Avaliação médica por Clínico Geral;

11.2.2. Avaliação médica por Psiquiatra;

11.2.3. Avaliação Psicológica;

11.2.4. Avaliação familiar por Assistente Social e/ou Psicólogo;

11.2.5. Realização de exames laboratoriais;

11.2.6. Estabelecimento de programa terapêutico individual;

11.2.7. Definição de critérios e normas para visitas e comunicação com familiares e amigos;

11.2.8. Alta terapêutica, desligamento, evasão, etc;

11.3. CRITÉRIOS DE ROTINA DE TRATAMENTO:

11.3.1. Atendimento em grupo e/ou individual coordenado por profissional de nível superior. Ter habilitação em dependência de SPA (nos casos de atenção ao dependente químico, ao menos uma vez por semana);

11.3.2. Atendimento médico psiquiátrico pelo menos uma vez por semana;

11.3.3. Atendimento em grupo por membro da equipe técnica responsável pelo programa terapêutico pelo menos 3 vezes por semana.

11.3.4. Atendimento à família durante o período de tratamento.

11.4. DOS PRAZOS DE INTERNAÇÃO:

11.4.1. A Credenciada deverá atender a solicitação de internação, a cargo da Secretaria Municipal de Saúde, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis;

11.4.2. O prazo de internação deverá corresponder ao estabelecido pela equipe médica responsável pelo paciente, em comum acordo com a Secretaria Municipal de Saúde, podendo o prazo ser alterado, se necessário, conforme a reversibilidade ou não do quadro de doença que motivou a internação.;

11.4.3. As alterações nos prazos serão determinadas em conjunto com avaliação médica e/ou da equipe interdisciplinar da clínica e Secretaria Municipal de Saúde;

11.5. OBRIGAÇÕES DO CREDENCIANTE

11.5.1. Pagar as empresas credenciadas mensalmente, os recursos determinados de seus trabalhos, após a apresentação mensal de nota fiscal;

11.5.2. Exercer o controle e avaliação dos serviços prestados, autorizando os procedimentos a serem realizados;



11.5.3. Prestar as informações necessárias, com clareza às empresas credenciadas, para execução dos serviços;

11.5.4. Designar, mediante documento hábil, servidor para supervisionar, fiscalizar os procedimentos e acompanhar a execução dos serviços de saúde;

11.5.5. Fornecer medicamentos específicos para tratamento da dependência de substâncias psicoativas.

11.6. OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA:

11.6.1. Garantir a troca de informações entre os integrantes da clínica e a Secretaria Municipal de Saúde;

11.6.2. Sujeitar-se à fiscalização dos serviços realizada pela Secretaria Municipal de Saúde;

11.6.3. Garantir à pessoa em tratamento o direito de desistência, exceto nos casos de internação compulsória, sem qualquer tipo de constrangimento, devendo tal fato, se ocorrer, ser imediatamente comunicado à credenciante e à família do paciente;

11.6.4. Comunicar imediatamente à credenciante e à família do paciente eventual caso de fuga ou evasão;

11.6.5. Promover, sempre que necessário, a adequada remoção do paciente, quando de intercorrências médicas;

11.6.6. Fornecer relatórios sobre o desenvolvimento do tratamento, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde;

11.6.7. Responsabilizar-se-á pelos encargos sociais, previdenciários, taxas, impostos e quaisquer outros encargos que incidam ou venham a incidir sobre seu pagamento;

11.6.8. É vedada à cobrança dos serviços, direta ou indiretamente ao paciente, assim como solicitar doações em dinheiro ou que o mesmo forneça material ou medicamento para exames;

11.6.9. Os profissionais das empresas credenciados serão responsáveis por eventual cobrança indevida feita ao paciente ou seu representante, em razão da execução do instrumento proveniente do Termo de Referência;

11.6.10. Manter durante a execução do Contrato proveniente deste Edital, todas as condições de habilitação exigidas no Credenciamento;

11.6.11. Providenciar imediata correção dos erros apontados pela Secretaria Municipal de Saúde, quando da execução dos serviços;

11.6.12. Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos que vier causar ao paciente;

11.6.13. Manter regime de internação por 24 horas ininterruptas durante o período de tratamento;

11.6.14. Manter equipe multidisciplinar, garantindo equipe de enfermagem 24 horas por dia;

11.6.15. Possuir condições de atender pacientes pós crise/surto, oferecendo condições de se manter fora da tutela da clínica para prosseguimento no ambulatório;



11.6.16. Oferecer tratamento considerando a ocorrência de comorbidades sejam psiquiátricas ou dos sintomas decorrentes do uso de substâncias psicoativas;

11.6.17. Realizar, durante a internação, exames complementares que forem necessários;

11.6.18. Prestar assistência clínica e médico psiquiátrica sempre que necessária;

11.6.19. Garantir a troca de informações entre os integrantes da clínica e a Secretaria Municipal de Saúde;

11.6.20. Dar atendimento psicoterápico aos pacientes;

11.6.21. Promover a orientação multiprofissional à família do paciente.

12. FORMA DE PAGAMENTO:

12.1. O pagamento será efetuado em até 03 (três) dias contados da internação do paciente e da apresentação da Nota Fiscal.

12.2. O pagamento somente será efetuado mediante apresentação de documento fiscal idôneo e relatório com visto do gestor contratual, encaminhado até o 3º (terceiro) dia subsequente à internação do paciente.

12.3. A nota fiscal/fatura deve apresentar, no campo Razão Social Prefeitura Municipal de Fronteira/MG., além de nº do CNPJ 18.449.140/0001-07, sem rasura(s) no preenchimento.

12.4. A Prefeitura não se responsabiliza por despesas extras contratadas pelas Credenciadas.

12.5. Caso haja irregularidade na emissão da nota fiscal/fatura, esta será devolvida à interessada para regularização, caso em que o prazo será recontado a partir da data da reapresentação.

12.6. O pagamento será realizado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente da credenciada na agência e instituição bancária indicada ou por outro meio previsto na legislação vigente.

13. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CREDENCIAMENTO

13.1. A gestão do credenciamento será de competência da senhora ADRIANA ELIAS GAIOSO FERREIRA – Coordenadora do FMS.

13.2. A fiscalização do credenciamento ficará a cargo da senhora LUCI MARA EUFRAZIO FLORIANO ISMAEL – Psicóloga.

13.3. A obrigação decorrente deste credenciamento deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei n.º 14.133/21, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei n.º 14.133/21, art. 114, *caput*).

13.4. A execução das obrigações decorrentes deste credenciamento deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do credenciamento, ou pelos respectivos substitutos (Lei n.º 14.133/21, art. 117, *caput*), que:

13.4.1. Anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução das obrigações decorrentes desta licitação, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei n.º 14.133/21, art. 117, § 1.º).



13.4.2. Informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei n.º 14.133/21, art. 117, § 2.º).

14. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

14.1. A Lei Municipal nº 2074, de 14 de dezembro de 2023, que dispõe sobre o Orçamento Municipal de 2025, apresenta os seguintes recursos orçamentários para garantir a contratação demandada, como segue:

Órgão: 02 - EXECUTIVO.

Unidade Orçamentária: 07 - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FMS

Função: 10 - SAÚDE.

Subfunção: 302 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL

Programa: 0061 - ASSISTÊNCIA DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

Projeto/Atividade: 2078 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA

Recurso: Fonte 1500 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

15. ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES DO EDITAL

15.1. A qualquer momento, após a publicação do Edital de Credenciamento, qualquer pessoa física ou jurídica, poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório, mediante petição dirigida ao Secretário Municipal de Saúde, no endereço eletrônico licita2@fronteira.mg.gov.br.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido;

15.3. Acolhida a impugnação contra este Edital, será devidamente retificado o edital, dando ciência à todos os interessados;

15.4. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no site da Prefeitura Municipal de Fronteira/MG: www.fronteira.mg.gov.br.

16. DOS RECURSOS:

16.1. A interessada tem o prazo de 03 (três) dias úteis, para apresentar recurso, a partir da data do recebimento da comunicação do indeferimento do credenciamento.

16.2. O recurso deverá ser encaminhado no endereço eletrônico licita2@fronteira.mg.gov.br.

17. GARANTIA DE EXECUÇÃO:

17.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

18. REAJUSTAMENTO:

18.1. Havendo renovação do contrato administrativo, os valores pactuados serão reajustados de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

19. INFRAÇÕES - O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

19.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato.



19.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

19.3. Dar causa à inexecução total do contrato.

19.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame.

19.5. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

19.6. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

19.7. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato.

19.8. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.

19.9. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.

19.10. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

19.11. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

20. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS – Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2020, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

20.1. Advertência;

20.2. Multa;

20.3. Impedimento de licitar e contratar e;

20.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

20.5. Na aplicação das sanções serão considerados:

20.5.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

20.5.2. As peculiaridades do caso concreto.

20.5.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes.

20.5.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública.

20.5.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

20.6. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 20% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação oficial;



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



20.6.1. Para as infrações previstas nos itens 19.1 à 19.6 deste Edital, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado;

20.6.2. Para as infrações previstas nos itens 19.7 a 19.11 deste Edital, a multa será de 15% à 20% do valor do contrato licitado.

20.7. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

20.8. A recusa da ADJUDICATÁRIA em assinar o termo de Adesão, Contrato ou instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total das obrigações assumidas, sujeitando-a às penalidades previstas neste edital.

20.9. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de sua intimação.

20.10. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 19.1 à 19.6, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta deste ente federativo pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

20.11. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática de infrações dispostas nos itens 19.7 à 19.11 deste Edital, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1 à 19.6 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

20.12. As multas aplicadas poderão ser compensadas com valores devidos à CONTRATADA mediante requerimento expresso nesse sentido.

20.13. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão, recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 05 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

20.14. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados do seu recebimento;

20.14.1. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

20.15. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.



21. DISPOSIÇÕES GERAIS:

21.1. A divulgação, pela Prefeitura deste Edital, do tipo de prestação de serviços e remuneração, não caracteriza expectativa de faturamento por parte das empresas, não cabendo à Prefeitura ressarcimento de eventuais prejuízos pelo não credenciamento de interessadas que não atenderam as condições estabelecidas neste Edital.

21.2. A Prefeitura poderá, a qualquer momento, reavaliar o credenciamento deferido, sendo-lhe facultado, suspendê-lo, sempre que ocorrer motivo que o justifique.

21.3. No interesse da Prefeitura o quantitativo inicial do credenciamento poderá ser acrescido ou suprimido.

21.4. A interessada é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase deste processo. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará no imediato desc credenciamento, sem prejuízo das demais sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

21.5. É facultado ao Agente de Contratação, ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase do processo, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo e a aferição dos serviços, bem como solicitar a órgãos competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões.

21.6. As interessadas intimadas para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Agente de Contratação sob pena de indeferimento/desc credenciamento da interessada/credenciada.

21.7. Os casos não previstos neste Edital serão decididos pelo Agente de Contratação, com auxílio do Secretário Municipal de Saúde.

21.8. A Credenciada fica obrigada a manter as mesmas condições de cadastro quando da celebração do termo de credenciamento.

21.9. Fica eleito o foro da comarca de Frutal/MG, renunciando-se, desde já, a qualquer outro por mais privilegiado que seja, para solucionar questões oriundas desta licitação.

ANEXOS:

ANEXO I – Termo de Referência;

ANEXO II – Minuta da declaração de inexistência de empregado menor;

ANEXO III – Minuta do requerimento de credenciamento.

ANEXO IV – Minuta do Termo de Adesão ao Credenciamento.

Fronteira/MG., 10 de julho de 2025.

DANIEL FONSECA FERREIRA
Gestor Municipal de Saúde/FMS



TERMO DE REFERÊNCIA

MODALIDADE: CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº 009/2025

DADOS DO SOLICITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

RESPONSÁVEL: DANIEL FONSECA FERREIRA.

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO: CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO TRATAMENTO CLÍNICO DE DEPENDENTES QUÍMICOS, EM REGIME DE INTERNAÇÃO DE CARÁTER VOLUNTÁRIO OU COMPULSÓRIO, PARA ADULTOS E/OU ADOLESCENTES DE AMBOS OS SEXOS.

1.1. NATUREZA DO OBJETO: A natureza do objeto a ser contratado, nos termos do inciso XIII, do art. 6º, da Lei 14.133 de 2021, não se enquadra como serviço de luxo. Consideram-se: bens e serviços comuns, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

1.2.QUANTITATIVOS

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.
1	SERVIÇO DE INTERNAÇÃO DE CARATER VOLUNTÁRIO OU COMPULSÓRIO PARA ADULTOS (A PARTIR DOS 18 ANOS DE IDADE) DO SEXO FEMININO.	40
2	SERVIÇO DE INTERNAÇÃO DE ADOLESCENTES DO SEXO MASCULINO NA FAIXA ETÁRIA DE 15 A 17 ANOS, DE CARATER VOLUNTÁRIO E COMPULSÓRIO.	20
3	SERVIÇO DE INTERNAÇÃO DE CARATER VOLUNTARIO OU COMPULSÓRIO PARA ADULTOS (A PARTIR DOS 18 ANOS DE IDADE) DO SEXO MASCULINO.	120
4	SERVIÇO DE REMOÇÃO DE PACIENTES A SEREM TRANSPORTADOS COMPULSORIAMENTE EM VEÍCULO DESCARACTERIZADO, ACOMPANHADO POR PROFISSIONAIS CAPACITADOS EM SERVIÇOS DE EMERGÊNCIA E URGÊNCIA	50

1.3 PRAZO DO CONTRATO: O Prazo de vigência será de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, conforme artigo 105 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser prorrogado, desde que comprovado o quantitativo e a vantajosidade do preço.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO: A saúde é direito de todos e dever do Estado, nos termos do art. 196 da Constituição da República de 1988. Tendo em vista ser uma obrigação das três esferas da federação, foi criado o Sistema Único de Saúde, que prevê a descentralização e regionalização das ações de saúde e as formas de seu financiamento, com a criação de Fundos Públicos com transferências obrigatórias para o gerenciamento dos gastos em saúde pública, conforme previsto nos artigos 196, 197 e 198 da Constituição Federal.

2.1. A legislação brasileira, por meio da Lei nº 11.343/2006 (Política Nacional sobre Drogas), do Sistema Único de Saúde (SUS) e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), reconhece a



dependência química como uma questão de saúde pública, determinando a oferta de tratamento especializado;

2.2. A Constituição Federal em seu artigo 199 prevê ainda, a possibilidade de atuação da iniciativa privada de forma complementar ao sistema único de saúde, obedecidas as diretrizes do SUS;

2.3. A contratação de clínicas especializadas no tratamento de dependentes químicos é uma necessidade crescente, fundamentada por diversos fatores sociais, legais e de saúde pública, é portanto, uma medida necessária para cumprir tais determinações.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO: A contratação de empresa especializada, se torna mais viável ao município a curto prazo, tendo em vista que o município não dispõe de recurso financeiro necessário para o adequado funcionamento dos serviços;

3.1. Na contratação dos serviços, as responsabilidades com os custos com estrutura física, material e profissional adequado para o atendimento dos serviços é de responsabilidade da contratada.

3.2. Levando-se em consideração as especificidades e natureza do objeto em comento, a solução que se flagrou como mais vantajosa para o município é a de licitação própria na modalidade CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

4.1. Possuir estrutura física e organizacional: Instalações adequadas, ambientes salubres, seguros e confortáveis, espaços para atividades terapêuticas, lazer e convivência e acomodações que respeitem a privacidade e dignidade dos pacientes;

4.1.1. Segurança e acessibilidade: Estruturas que respeitem as normas de segurança, prevenção de incêndios e acessibilidade;

4.1.2. Possuir uma equipe multidisciplinar, incluindo médicos, psicólogos, psiquiatras, terapeutas ocupacionais e assistentes sociais, que oferecem um tratamento humanizado, individualizado e integral, promovendo a recuperação efetiva do dependente químico;

4.1.3. Manter regime de internação por 24 horas ininterruptas durante o período de tratamento;

4.1.4. Manter equipe multidisciplinar, garantindo equipe de enfermagem 24 horas por dia;

4.1.5. Possuir condições de atender pacientes pós crise/surto, oferecendo condições de se manter fora da tutela da clínica para prosseguimento no ambulatório;

4.1.6. Oferecer tratamento considerando a ocorrência de comorbidades sejam psiquiátricas ou dos sintomas decorrentes do uso de substâncias psicoativas;

4.1.7. Realizar, durante a internação, exames complementares que forem necessários;

4.1.8. Prestar assistência clínica e médico psiquiátrica sempre que necessária;

4.1.9. Garantir a troca de informações entre os integrantes da clínica e a Secretaria Municipal de Saúde;

4.1.10. Dar atendimento psicoterápico aos pacientes;

4.1.11. Promover a orientação multiprofissional à família do paciente;

4.2. SUBCONTRATAÇÃO: Prestar diretamente os serviços, vedada a terceirização, salvo no caso de exames laboratoriais ou outro procedimento clínico subsidiário inerente à terapêutica adotada.

5. EXECUÇÃO DO OBJETO: Durante a prestação de serviços, todos as ações e atendimentos devem conter relatórios e explicitar por escrito os seus critérios quanto a:

5.1. Rotina de funcionamento e tratamento definindo atividades obrigatórias e opcionais;

5.1.1 Processos a serem utilizados para acompanhamento da evolução dos residentes no pós-alta, ao longo de um ano;

5.1.2. Alta terapêutica;



- 5.1.3. Desistência (alta pedida);
- 5.1.4. Desligamento (alta administrativa);
- 5.1.5. Casos de mandado judicial;
- 5.1.6. Evasão /fuga;
- 5.1.7. Fluxo de referência e contra-referência para outros serviços de atenção a outros agravos;
- 5.1.8. Em caso de fuga ou evasão, o serviço deve comunicar imediatamente a família ou responsável pela pessoa;
- 5.1.9. Fica resguardado à pessoa em tratamento o direito de desistência, sem qualquer tipo de constrangimento, devendo a família ou responsável ser informada em qualquer das situações acima.

5.2. CRITÉRIOS DE ROTINA PARA TRIAGEM: Avaliação médica por Clínico Geral;

- 5.2.1. Avaliação médica por Psiquiatra;
- 5.2.2. Avaliação Psicológica;
- 5.2.2. Avaliação familiar por Assistente Social e/ou Psicólogo;
- 5.2.3. Realização de exames laboratoriais;
- 5.2.4. Estabelecimento de programa terapêutico individual;
- 5.2.5. Definição de critérios e normas para visitas e comunicação com familiares e amigos;
- 5.2.6. Alta terapêutica, desligamento, evasão, etc;

5.3. CRITÉRIOS DE ROTINA DE TRATAMENTO:

- 5.3.1. Atendimento em grupo e/ou individual coordenado por profissional de nível superior. Ter habilitação em dependência de SPA (nos casos de atenção ao dependente químico, ao menos uma vez por semana);
- 5.3.2. Atendimento médico psiquiátrico pelo menos uma vez por semana;
- 5.3.3. Atendimento em grupo por membro da equipe técnica responsável pelo programa terapêutico pelo menos 3 vezes por semana;
- 5.3.4. Atendimento à família durante o período de tratamento.

5.4. DOS PRAZOS DE INTERNAÇÃO: A Credenciada deverá atender a solicitação de internação, a cargo da Secretaria Municipal de Saúde, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis;

- 5.4.1. O prazo de internação deverá corresponder ao estabelecido pela equipe médica responsável pelo paciente, em comum acordo com a Secretaria Municipal de Saúde, podendo o prazo ser alterado, se necessário, conforme a reversibilidade ou não do quadro de doença que motivou a internação.
- 5.4.2. As alterações nos prazos serão determinadas em conjunto com avaliação médica e/ou da equipe interdisciplinar da clínica e Secretaria Municipal de Saúde;

5.5. DAS OBRIGAÇÕES

5.5.1. DA CREDENCIADA: Garantir a troca de informações entre os integrantes da clínica e a Secretaria Municipal de Saúde;

- 5.5.1.1. Sujeitar-se à fiscalização dos serviços realizada pela Secretaria Municipal de Saúde;
- 5.5.1.2. Garantir à pessoa em tratamento o direito de desistência, exceto nos casos de internação compulsória, sem qualquer tipo de constrangimento, devendo tal fato, se ocorrer, ser imediatamente comunicado à credenciante e à família do paciente;
- 5.5.1.3. Comunicar imediatamente à credenciante e à família do paciente eventual caso de fuga ou evasão;
- 5.5.1.4. Promover, sempre que necessário, a adequada remoção do paciente, quando de intercorrências médicas;
- 5.5.1.5. Fornecer relatórios sobre o desenvolvimento do tratamento, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde;
- 5.5.1.6. Responsabilizar-se-á pelos encargos sociais, previdenciários, taxas, impostos e quaisquer outros encargos que incidam ou venham a incidir sobre seu pagamento;



- 5.5.1.7. É vedada à cobrança dos serviços, direta ou indiretamente ao paciente, assim como solicitar doações em dinheiro ou que o mesmo forneça material ou medicamento para exames;
- 5.5.1.8. Os profissionais das empresas credenciados serão responsáveis por eventual cobrança indevida feita ao paciente ou seu representante, em razão da execução do instrumento proveniente deste Termo;
- 5.5.1.9. Manter durante a execução do Contrato proveniente deste Edital, todas as condições de habilitação exigidas no Credenciamento;
- 5.5.1.10. Providenciar imediata correção dos erros apontados pela Secretaria Municipal de Saúde, quando da execução dos serviços;
- 5.5.1.11. Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos que vier causar ao paciente;

5.6. DO MUNICÍPIO

- 5.6.1. Pagar as empresas credenciadas mensalmente, os recursos determinados de seus trabalhos, após a apresentação mensal de nota fiscal;
- 5.6.2. Exercer o controle e avaliação dos serviços prestados, autorizando os procedimentos a serem realizados;
- 5.6.3. Prestar as informações necessárias, com clareza às empresas credenciadas, para execução dos serviços;
- 5.6.4. Designar, mediante documento hábil, servidor para supervisionar, fiscalizar os procedimentos e acompanhar a execução dos serviços de saúde;
- 5.6.5. Fornecer medicamentos específicos para tratamento da dependência de substâncias psicoativas.

6. GESTÃO DO CONTRATO: O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

6.1 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato ou pelo respectivo substituto (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

6.2 O fiscal do contrato anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

6.3 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes, a situação que demanda decisão ou providências que ultrapassem sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º);

6.4 O credenciado será obrigado a reparar, corrigir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

6.5 O credenciado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e essa responsabilidade não será excluída nem reduzida pela fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

6.6 Somente o credenciado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

6.7 A inadimplência do contrato em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

6.8 A gestão do credenciamento será de competência da senhora ADRIANA ELIAS GAIOSO FERREIRA – Coordenadora do FMS.

6.9 A fiscalização do credenciamento ficará a cargo da senhora LUCI MARA EUFRAZIO FLORIANO ISMAEL – Psicóloga.



7. CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em até 03 (três) dias contados da internação do paciente e da apresentação da Nota Fiscal;

7.1. O pagamento somente será efetuado mediante apresentação de documento fiscal idôneo e relatório com visto do gestor contratual, encaminhado até o 3º (terceiro) dia subsequente à internação do paciente;

7.2. A nota fiscal/fatura deve apresentar, no campo Razão Social Prefeitura Municipal de Fronteira/MG., além de nº do CNPJ 18.449.140/0001-07, sem rasura(s) no preenchimento.

7.3. A Prefeitura não se responsabiliza por despesas extras contratadas pelas Credenciadas;

7.4. Caso haja irregularidade na emissão da nota fiscal/fatura, esta será devolvida à interessada para regularização, caso em que o prazo será recontado a partir da data da reapresentação;

7.5. O pagamento será realizado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente da credenciada na agência e instituição bancária indicada ou por outro meio previsto na legislação vigente.

8. FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

8.1. DA PARTICIPAÇÃO, MODALIDADE, FORMA DE DISPUTA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO:

8.1.1. A modalidade adotada será contratação direta por inexigibilidade adotado o instrumento auxiliar de CREDENCIAMENTO, nos termos do inciso I do art. 79 da Lei nº. 14.133/2021.

8.1.1.1 A contratação dos serviços será realizada por meio de credenciamento eletrônico, assegurando condições igualitárias a todos os interessados. O preço a ser pago será único para todos os prestadores credenciados, mantendo a padronização e a equidade na execução dos serviços;

8.2 Após o início da prestação dos serviços, será adotado um sistema de rodízio entre as empresas credenciadas, respeitando-se a ordem de credenciamento.

8.3. Caso a empresa convocada para prestar o serviço recuse a solicitação, por qualquer motivo, será acionada a próxima credenciada na ordem estabelecida.

8.4. Se todas as credenciadas recusarem a prestação do serviço, o rodízio será reiniciado, convocando-as novamente na sequência definida.

8.5. Após a conclusão do rodízio, será iniciado um novo ciclo, retomando-se a convocação a partir da primeira empresa credenciada.

8.6. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

8.6.1. Certificado de graduação e especialização dos profissionais e devidos registros nos respectivos Conselhos, podendo ser ainda apresentado o respectivo registro dos profissionais para fins de substituição do certificado;

8.6.2. Alvará sanitário, expedido pela unidade competente, da esfera Estadual ou Municipal, da sede da empresa, compatível com o objeto deste credenciamento;

8.6.3. Alvará de Localização e Funcionamento vigente;

8.6.4. Possuir Alvará do Corpo de Bombeiros.

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO: O valor estimativo deste credenciamento é de R\$481.000,00 (quatrocentos e oitenta e um mil reais). Conforme tabela abaixo:

ITE M	DESCRIÇÃO	QUANT.	VLR. UNIT.	VLR.TOTAL.
----------	-----------	--------	------------	------------



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



1	SERVIÇO DE INTERNAÇÃO DE CARATER VOLUNTÁRIO OU COMPULSÓRIO PARA ADULTOS (A PARTIR DOS 18 ANOS DE IDADE) DO SEXO FEMININO.	40	R\$ 2.240,00	R\$ 89.600,00
2	SERVIÇO DE INTERNAÇÃO DE ADOLESCENTES DO SEXO MASCULINO NA FAIXA ETÁRIA DE 15 A 17 ANOS, DE CARATER VOLUNTÁRIO E COMPULSÓRIO.	20	R\$ 6.500,00	R\$ 130.000,00
3	SERVIÇO DE INTERNAÇÃO DE CARATER VOLUNTÁRIO OU COMPULSÓRIO PARA ADULTOS (A PARTIR DOS 18 ANOS DE IDADE) DO SEXO MASCULINO.	120	R\$ 1.941,25	R\$ 232.950,00
4	SERVIÇO DE REMOÇÃO DE PACIENTES A SEREM TRANSPORTADOS COMPULSORIAMENTE EM VEÍCULO DESCARACTERIZADO, ACOMPANHADO POR PROFISSIONAIS CAPACITADOS EM SERVIÇOS DE EMERGÊNCIA E URGÊNCIA	50	R\$ 560,00	R\$ 28.000,00

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA.

Unidade Orçamentária: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Função: SAÚDE

Subfunção: 302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Programa: 61 - Assistência de Média e Alta Complexidade

Projeto/Atividade: 2.078 Manutenção das Atividades de Média e Alta Complexidade

Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA.

FRONTEIRA-MG, 10 de julho de 2025

DANIEL FONSECA FERREIRA
GESTOR MUNICIPAL DE SAÚDE



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



ANEXO II

MINUTA DA DECLARAÇÃO

(Inciso XXXIII do art. 7º da CF)

PROCESSO Nº: 0033096

CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº 009/2025

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO TRATAMENTO CLÍNICO DE DEPENDENTES QUÍMICOS, EM REGIME DE INTERNAÇÃO DE CARÁTER VOLUNTÁRIO OU COMPULSÓRIO, PARA ADULTOS E/OU ADOLESCENTES DE AMBOS OS SEXOS.

Prezados Senhores,

A empresa _____, endereço completo, inscrita no CNPJ sob o n.º [xxxx], neste ato representada pelo [cargo] [nome do representante legal], portador da Carteira de Identidade n.º [xxxx], inscrito no CPF sob o n.º [xxxx], **DECLARA**, sob as penas da Lei, que não emprega em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, menor de 18 (dezoito) anos ou em qualquer trabalho menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

Datado aos _____ dias de _____ de _____.

Assinatura, Nome, Cargo e Função

(Proprietário, Sócio ou Representante Legal da Empresa)



ANEXO III

MINUTA DO REQUERIMENTO PARA CREDENCIAMENTO

PROCESSO Nº: 0033096

CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº 009/2025

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO TRATAMENTO CLÍNICO DE DEPENDENTES QUÍMICOS, EM REGIME DE INTERNAÇÃO DE CARÁTER VOLUNTÁRIO OU COMPULSÓRIO, PARA ADULTOS E/OU ADOLESCENTES DE AMBOS OS SEXOS.

....., inscrita no CNPJ nº, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a), inscrito no CPF sob o nº requer seu credenciamento para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO TRATAMENTO CLÍNICO DE DEPENDENTES QUÍMICOS, EM REGIME DE INTERNAÇÃO DE CARÁTER VOLUNTÁRIO OU COMPULSÓRIO, PARA ADULTOS E/OU ADOLESCENTES DE AMBOS OS SEXOS, conforme tabela a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	VLR. UNIT.	VLR.TOTAL.
1	SERVIÇO DE INTERNAÇÃO DE CARATER VOLUNTÁRIO OU COMPULSÓRIO PARA ADULTOS (A PARTIR DOS 18 ANOS DE IDADE) DO SEXO FEMININO.	40	R\$ 2.240,00	R\$ 89.600,00
2	SERVIÇO DE INTERNAÇÃO DE ADOLESCENTES DO SEXO MASCULINO NA FAIXA ETÁRIA DE 15 A 17 ANOS, DE CARATER VOLUNTÁRIO E COMPULSÓRIO.	20	R\$ 6.500,00	R\$ 130.000,00
3	SERVIÇO DE INTERNAÇÃO DE CARATER VOLUNTARIO OU COMPULSÓRIO PARA ADULTOS (A PARTIR DOS 18 ANOS DE IDADE) DO SEXO MASCULINO.	120	R\$ 1.941,25	R\$ 232.950,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



4	SERVIÇO DE REMOÇÃO DE PACIENTES A SEREM TRANSPORTADOS COMPULSORIAMENTE EM VEÍCULO DESCARACTERIZADO, ACOMPANHADO POR PROFISSIONAIS CAPACITADOS EM SERVIÇOS DE EMERGÊNCIA E URGÊNCIA	50	R\$ 560,00	R\$ 28.000,00
---	--	----	------------	---------------

Declaramos que ao Aderir ao Credenciamento Eletrônico nº 009/2025, executaremos os serviços de acordo com nas normas do Termo de Referência.

Informamos desde já ser titular da conta corrente/poupança nº....., agência nº(nome da agência), Banco nº (nome do Banco), declarando inteiro conhecimento do ato convocatório e apresentação de toda a documentação solicitada.

.....

(data)

.....

(representante legal)



ANEXO IV
MODELO DE TERMO DE ADESÃO AO CREDENCIAMENTO

1. CREDENCIANTE

1.1. **O MUNICÍPIO DE FRONTEIRA/MG**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Minas Gérias, nº 141, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, sob o nº 18.449.140/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal **SÉRGIO PAULO CAMPOS**, brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado CREDENCIANTE.

2. CREDENCIADA

2.1. A EMPRESA _____, com sede na _____, Bairro _____, Cidade/UF _____, CEP _____, inscrita no CNPJ/MF sob o número _____, neste ato representada por _____, doravante denominada CREDENCIADA.

3. OBJETO

3.1. CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO TRATAMENTO CLÍNICO DE DEPENDENTES QUÍMICOS, EM REGIME DE INTERNAÇÃO DE CARÁTER VOLUNTÁRIO OU COMPULSÓRIO, PARA ADULTOS E/OU ADOLESCENTES DE AMBOS OS SEXOS, conforme condições estabelecidas no Edital de Credenciamento e seus anexos.

3.2. A Adesão ao Credenciamento Eletrônico nº 009/2025, compreende a possibilidade de executar os serviços nos valores abaixo relacionados:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	VLR. UNIT.	VLR.TOTAL.
1	SERVIÇO DE INTERNAÇÃO DE CARATER VOLUNTÁRIO OU COMPULSÓRIO PARA ADULTOS (A PARTIR DOS 18 ANOS DE IDADE) DO SEXO FEMININO.	40	R\$ 2.240,00	R\$ 89.600,00
2	SERVIÇO DE INTERNAÇÃO DE ADOLESCENTES DO SEXO MASCULINO NA FAIXA ETÁRIA DE 15 A 17 ANOS, DE CARATER VOLUNTÁRIO E COMPULSÓRIO.	20	R\$ 6.500,00	R\$ 130.000,00
3	SERVIÇO DE INTERNAÇÃO DE CARATER VOLUNTARIO OU COMPULSÓRIO PARA ADULTOS (A PARTIR DOS 18 ANOS DE IDADE) DO SEXO MASCULINO.	120	R\$ 1.941,25	R\$ 232.950,00
4	SERVIÇO DE REMOÇÃO DE PACIENTES A SEREM TRANSPORTADOS COMPULSORIAMENTE EM VEÍCULO DESCARACTERIZADO, ACOMPANHADO POR PROFISSIONAIS CAPACITADOS EM SERVIÇOS DE EMERGÊNCIA E URGÊNCIA	50	R\$ 560,00	R\$ 28.000,00

4. VIGÊNCIA

4.2. A vigência desta adesão ao Credenciamento Eletrônico nº 009/2025, será a partir de ____ de _____ de 202__ até o dia 10 de julho de 2026.



5. CONDIÇÕES

5.1. Aplicam-se a este Termo de Adesão as disposições contidas no Edital de Credenciamento e seus Anexos, ao qual a credenciada expressa sua total concordância com a forma de prestação dos serviços e pagamentos.

6. DESCREDENCIAMENTO

6.1. O CREDENCIANTE, poderá realizar o descredenciamento quando houver:

I - pedido formalizado pela CREDENCIADA;

II - perda das condições de habilitação da CREDENCIADA;

III - descumprimento injustificado do contrato pelo contratado; e

IV - sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade superveniente ao credenciamento.

6.2. O pedido de descredenciamento de que trata o inciso I não desincumbirá a CREDENCIADA do cumprimento de eventuais contratos assumidos e das responsabilidades deles recorrentes.

6.2.1. Na hipótese prevista no inciso I, o descredenciamento ocorrerá no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento do pedido, mantendo-se, durante este prazo, a condição de CREDENCIADA e as obrigações decorrentes, nos termos deste Edital.

6.3. Nas hipóteses previstas nos incisos II e III, além do descredenciamento, DEVERÁ ser aberto processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, para possível aplicação de penalidade, na forma estabelecida na legislação.

6.4. Se houver a efetiva prestação de serviços ou o fornecimento dos bens, os pagamentos serão realizados normalmente, até decisão no sentido de rescisão contratual, caso o fornecedor não regularize a sua situação.

6.5. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou no interesse da administração, devidamente justificado, em qualquer caso, pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante, não será rescindido o contrato em execução com empresa ou profissional que estiver irregular.

7. EXECUÇÃO DO OBJETO:

7.1. FORMA DE EXECUÇÃO - Durante a prestação de serviços, todas as ações e atendimentos devem conter relatórios e explicitar por escrito os seus critérios quanto a:

7.1.1. Rotina de funcionamento e tratamento definindo atividades obrigatórias e opcionais;

7.1.2. Processos a serem utilizados para acompanhamento da evolução dos residentes no pós-alta, ao longo de um ano;

7.1.3. Alta terapêutica;

7.1.4. Desistência (alta pedida);

7.1.5. Desligamento (alta administrativa);

7.1.6. Casos de mandado judicial;



7.1.7. Evasão /fuga;

7.1.8. Fluxo de referência e contra-referência para outros serviços de atenção a outros agravos;

7.1.9. Em caso de fuga ou evasão, o serviço deve comunicar imediatamente a família ou responsável pela pessoa;

7.1.10. Fica resguardado à pessoa em tratamento o direito de desistência, sem qualquer tipo de constrangimento, devendo a família ou responsável ser informada em qualquer das situações acima.

7.2. CRITÉRIOS DE ROTINA PARA TRIAGEM:

7.2.1. Avaliação médica por Clínico Geral;

7.2.2. Avaliação médica por Psiquiatra;

7.2.3. Avaliação Psicológica;

7.2.4. Avaliação familiar por Assistente Social e/ou Psicólogo;

7.2.5. Realização de exames laboratoriais;

7.2.6. Estabelecimento de programa terapêutico individual;

7.2.7. Definição de critérios e normas para visitas e comunicação com familiares e amigos;

7.2.8. Alta terapêutica, desligamento, evasão, etc;

7.3. CRITÉRIOS DE ROTINA DE TRATAMENTO:

7.3.1. Atendimento em grupo e/ou individual coordenado por profissional de nível superior. Ter habilitação em dependência de SPA (nos casos de atenção ao dependente químico, ao menos uma vez por semana);

7.3.2. Atendimento médico psiquiátrico pelo menos uma vez por semana;

7.3.3. Atendimento em grupo por membro da equipe técnica responsável pelo programa terapêutico pelo menos 3 vezes por semana.

7.3.4. Atendimento à família durante o período de tratamento.

7.4. DOS PRAZOS DE INTERNAÇÃO:

7.4.1. A Credenciada deverá atender a solicitação de internação, a cargo da Secretaria Municipal de Saúde, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis;

7.4.2. O prazo de internação deverá corresponder ao estabelecido pela equipe médica responsável pelo paciente, em comum acordo com a Secretaria Municipal de Saúde, podendo o prazo ser alterado, se necessário, conforme a reversibilidade ou não do quadro de doença que motivou a internação.;

7.4.3. As alterações nos prazos serão determinadas em conjunto com avaliação médica e/ou da equipe interdisciplinar da clínica e Secretaria Municipal de Saúde;

7.5. OBRIGAÇÕES DO CREDENCIANTE



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



7.5.1. Pagar as empresas credenciadas mensalmente, os recursos determinados de seus trabalhos, após a apresentação mensal de nota fiscal;

7.5.2. Exercer o controle e avaliação dos serviços prestados, autorizando os procedimentos a serem realizados;

7.5.3. Prestar as informações necessárias, com clareza às empresas credenciadas, para execução dos serviços;

7.5.4. Designar, mediante documento hábil, servidor para supervisionar, fiscalizar os procedimentos e acompanhar a execução dos serviços de saúde;

7.5.5. Fornecer medicamentos específicos para tratamento da dependência de substâncias psicoativas.

7.6. OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA:

7.6.1. Garantir a troca de informações entre os integrantes da clínica e a Secretaria Municipal de Saúde;

7.6.2. Sujeitar-se à fiscalização dos serviços realizada pela Secretaria Municipal de Saúde;

7.6.3. Garantir à pessoa em tratamento o direito de desistência, exceto nos casos de internação compulsória, sem qualquer tipo de constrangimento, devendo tal fato, se ocorrer, ser imediatamente comunicado à credenciante e à família do paciente;

7.6.4. Comunicar imediatamente à credenciante e à família do paciente eventual caso de fuga ou evasão;

7.6.5. Promover, sempre que necessário, a adequada remoção do paciente, quando de intercorrências médicas;

7.6.6. Fornecer relatórios sobre o desenvolvimento do tratamento, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde;

7.6.7. Responsabilizar-se-á pelos encargos sociais, previdenciários, taxas, impostos e quaisquer outros encargos que incidam ou venham a incidir sobre seu pagamento;

7.6.8. É vedada à cobrança dos serviços, direta ou indiretamente ao paciente, assim como solicitar doações em dinheiro ou que o mesmo forneça material ou medicamento para exames;

7.6.9. Os profissionais das empresas credenciados serão responsáveis por eventual cobrança indevida feita ao paciente ou seu representante, em razão da execução do instrumento proveniente do Termo de Referência;

7.6.10. Manter durante a execução do Contrato proveniente deste Edital, todas as condições de habilitação exigidas no Credenciamento;

7.6.11. Providenciar imediata correção dos erros apontados pela Secretaria Municipal de Saúde, quando da execução dos serviços;

7.6.12. Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos que vier causar ao paciente;



- 7.6.13. Manter regime de internação por 24 horas ininterruptas durante o período de tratamento;
- 7.6.14. Manter equipe multidisciplinar, garantindo equipe de enfermagem 24 horas por dia;
- 7.6.15. Possuir condições de atender pacientes pós crise/surto, oferecendo condições de se manter fora da tutela da clínica para prosseguimento no ambulatório;
- 7.6.16. Oferecer tratamento considerando a ocorrência de comorbidades sejam psiquiátricas ou dos sintomas decorrentes do uso de substâncias psicoativas;
- 7.6.17. Realizar, durante a internação, exames complementares que forem necessários;
- 7.6.18. Prestar assistência clínica e médico psiquiátrica sempre que necessária;
- 7.6.19. Garantir a troca de informações entre os integrantes da clínica e a Secretaria Municipal de Saúde;
- 7.6.20. Dar atendimento psicoterápico aos pacientes;
- 7.6.21. Promover a orientação multiprofissional à família do paciente.

8. FORMA DE PAGAMENTO:

- 8.1. O pagamento será efetuado em até 03 (três) dias contados da internação do paciente e da apresentação da Nota Fiscal.
- 8.2. O pagamento somente será efetuado mediante apresentação de documento fiscal idôneo e relatório com visto do gestor contratual, encaminhado até o 3º (terceiro) dia subsequente à internação do paciente.
- 8.3. A nota fiscal/fatura deve apresentar, no campo Razão Social Prefeitura Municipal de Fronteira/MG., além de nº do CNPJ 18.449.140/0001-07, sem rasura(s) no preenchimento.
- 8.4. A Prefeitura não se responsabiliza por despesas extras contratadas pelas Credenciadas.
- 8.5. Caso haja irregularidade na emissão da nota fiscal/fatura, esta será devolvida à interessada para regularização, caso em que o prazo será recontado a partir da data da reapresentação.
- 8.6. O pagamento será realizado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente da credenciada na agência e instituição bancária indicada ou por outro meio previsto na legislação vigente.

9. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CREDENCIAMENTO

- 9.1. A gestão do credenciamento será de competência da senhora ADRIANA ELIAS GAIOSO FERREIRA – Coordenadora do FMS.
- 9.2. A fiscalização do credenciamento ficará a cargo da senhora LUCI MARA EUFRAZIO FLORIANO ISMAEL – Psicóloga.
- 9.3. A obrigação decorrente deste credenciamento deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei n.º 14.93/21, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei n.º 14.93/21, art. 114, *caput*).



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



9.4. A execução das obrigações decorrentes deste credenciamento deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do credenciamento, ou pelos respectivos substitutos (Lei n.º 14.93/21, art. 117, *caput*), que:

9.4.1. Anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução das obrigações decorrentes desta licitação, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei n.º 14.93/21, art. 117, § 1.º).

9.4.2. Informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei n.º 14.93/21, art. 117, § 2.º).

10. DISPOSITIVO LEGAL

10.1. O presente credenciamento está amparado no inciso IV, art. 74, combinado com o inc. I, art. 79, ambos da Lei 14.133, de 2021, Processo nº 0033096 – Credenciamento Eletrônico nº 009/2025.

Fronteira/MG; ____ de _____ de 20____.

MUNICIPIO DE FRONTEIRA/MG.
Sergio Paulo Campos
CREDENCIANTE

CREDENCIADA

ADRIANA ELIAS GAIOSO FERREIRA
Gestora do Credenciamento

LUCI MARA EUFRAZIO FLORIANO ISMAEL
Fiscal do Credenciamento



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



AVISO DE CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO

PROCESSO Nº: 0033096

CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº 009/2025

O Município de Fronteira torna público que encontra-se aberto o CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO TRATAMENTO CLÍNICO DE DEPENDENTES QUÍMICOS, EM REGIME DE INTERNAÇÃO DE CARÁTER VOLUNTÁRIO OU COMPULSÓRIO, PARA ADULTOS E/OU ADOLESCENTES DE AMBOS OS SEXOS, **a partir do dia 11 de julho de 2025 até o dia 10 de julho de 2026.**

Forma de envio do Requerimento e Documentação: Plataforma de licitações:
<https://licitanet.com.br>

Cópias de Edital poderão ser adquiridas no site oficial do Município: www.frenteira.mg.gov.br.
Informações complementares serão obtidos junto ao Equipe de Apoio, no endereço Av. Minas Gerais nº 110, Centro. Telefone (34) 3199-9990 - Ramal - 1413.

Fronteira/MG, 10 de julho de 2025.

DANIEL FONSECA FERREIRA
Gestor Municipal de Saúde/FMS